



Psicologia Ciência e Profissão

ISSN: 1414-9893

revista@pol.org.br

Conselho Federal de Psicologia

Brasil

Veras Pessoa da Silva, Camilla
Psicologia Latino-Americana: Desafios e Possibilidades
Psicologia Ciência e Profissão, vol. 33, 2013, pp. 32-41
Conselho Federal de Psicologia
Brasília, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282029397005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Psicologia Latino-Americana: Desafios e Possibilidades

Latin American Psychology:
Challenges And Possibilities

Psicología Latinoamericana:
Desafíos Y Posibilidades

Camilla Veras
Pessoa da Silva

Universidade
Federal da Bahia

Artigo



Resumo: A comemoração dos 50 anos da regulamentação da profissão da Psicologia no Brasil sinaliza o recente e o contínuo esforço das profissionais psicológicas e psicólogos em contextualizar o saber psicológico com a realidade e as condições de vida da população latino-americana. Atualmente, a Psicologia passa por um processo de reformulação crítica que considera as peculiaridades históricas, culturais, políticas, econômicas e sociais na constituição subjetiva dos sujeitos. Dessa forma, propõe o alinhamento epistemológico desse saber com os demais países da América Latina devido às vivências similares de colonização ibérico-católica, de modernização tardia e de exploração dos recursos naturais e humanos do continente. Contudo, a construção de uma psicologia latino-americana enfrenta desafios, a exemplo das diferenças entre os países, da multiplicidade cultural e dos interesses geopolíticos das nações. O objetivo do presente estudo foi compreender o processo de formação e de construção epistemológica da Psicologia histórico-cultural buscando, na literatura analisada, as principais possibilidades e desafios da integração da Psicologia com os demais países latino-americanos. De qualquer forma, observa-se que, ao se dedicar ao atendimento das demandas populacionais e à implicação no processo de transformação social, são oferecidas à Psicologia diversas possibilidades de atuação.

Palavras-chave: Psicologia social. Psicologia histórico-cultural. América Latina. Atuação do psicólogo.

Abstract: The 50th year celebration of the regulation of the profession of psychology in Brazil signals the recent and ongoing efforts of psychologists to contextualize the psychological knowledge with the reality and the living conditions of the Latin American population. Currently, psychology undergoes a critical reformulation process which considers the peculiarities of historical, cultural, political, economic and social changes in the subjective constitution of the individuals. In this way, it proposes an alignment of this epistemological knowledge with other Latin American countries due to the similar experiences of Iberian-Catholic colonization, late modernization and exploitation of natural and human resources of the continent. However, building a Latin American psychology faces challenges, such as the differences among the countries, multiculturalism and geopolitical interests of nations. This essay aims to understand the process of formation and epistemological construction of cultural-historical psychology searching in the literature analyzed the main opportunities and challenges for the integration of psychology with other Latin American countries. Anyway, it is observed that by engaging in satisfying the demands of the population and the implication in the process of social transformation several possibilities for action are offered to psychology.

Keywords: Social psychology. Historic-cultural psychology. Latin America. Psychologist's performance.

Resumen: La conmemoración de los 50 años de la reglamentación de la profesión de la Psicología en Brasil señala el reciente y continuado esfuerzo de las profesionales psicológicas y psicólogos en contextualizar el saber psicológico con la realidad y las condiciones de vida de la población latinoamericana. Actualmente, la Psicología pasa por un proceso de reformulación crítica que considera las peculiaridades históricas, culturales, políticas, económicas y sociales en la constitución subjetiva de los sujetos. De esa forma, propone el alineamiento epistemológico de ese saber con los demás países de América Latina debido a las vivencias similares de colonización ibérico-católica, de modernización tardía y de explotación de los recursos naturales y humanos del continente. Sin embargo, la construcción de una psicología latinoamericana enfrenta desafíos, a ejemplo de las diferencias entre los países, de la multiplicidad cultural y de los intereses geopolíticos de las naciones. El objetivo del presente estudio fue comprender el proceso de formación y de construcción epistemológica de la Psicología histórico-cultural buscando, en la literatura analizada, las principales posibilidades y desafíos de la integración de la Psicología con los demás países latinoamericanos. De cualquier forma, se observa que, al dedicarse a la atención de las demandas poblacionales y a la implicación en el proceso de transformación social, le son ofrecidas a la Psicología diversas posibilidades de actuación.

Palabras clave: Psicología social. Psicología histórico-cultural. América Latina. Actuación del psicólogo.

O quinquagésimo aniversário da regulamentação da profissão do psicólogo no Brasil convoca a todos os que a constroem no cotidiano, de práticas a construções teóricas, a retomar questionamentos e a vivenciar a necessária crise dos cinquenta anos. Os marcos históricos, os rumos e os percursos da Psicologia fornecem extenso material para avaliá-la, no entanto, é imprescindível

projetar o seu futuro e debruçar-se em sua contínua desconstrução e reconstrução.

A abertura de novos campos de atuação, os necessários ajustes em seu objeto de estudo e a tendência epistemológica da unificação do saber psicológico produzido no continente latino-americano possibilita a elaboração de novas perguntas e respostas,

O descontentamento com as teorias e as técnicas europeias e norte-americanas, deslocadas das realidades da população, permitiu que no Brasil e em alguns países da América Latina eclodisse o movimento da nova Psicologia social, Psicologia social crítica, ou Psicologia socio-histórica, corrente de pensamento que concebe o ser humano como produto socio-histórico e cultural e salienta o seu poder de ação social na transformação e na construção da realidade (Jacques, Strey, Bernardes, Guareschi, Carlos, & Fonseca, 2011).

reforçando os questionamentos: A quem serve a Psicologia? Qual o seu papel na transformação da realidade? As práticas e teorias psicológicas estão alinhadas com as demandas da população?

Tais questionamentos devem orientar os psicólogos dentro de todas as perspectivas, abordagens e campos, principalmente os inseridos nas políticas públicas de segurança social do Estado, que demandam do profissional a reformulação da sua práxis, até então voltada para as classes socioeconômicas privilegiadas, para a realidade dos usuários de tais serviços.

Este ensaio monográfico adota o pressuposto defendido por Lane (2004), de que toda psicologia é social, já que não é possível conceber o homem fora do âmbito social. Diante disso, comprehende-se a urgência da contínua revisão das técnicas, metodologias e teorias importadas dos países ditos desenvolvidos, que, com suas premissas naturalizantes e universalizantes, historicamente balizaram o fazer profissional. O descontentamento com as teorias e as técnicas europeias e norte-americanas, deslocadas das realidades da população, permitiu que no Brasil e em alguns países da América Latina eclodisse o movimento da nova Psicologia social, Psicologia social crítica, ou Psicologia socio-histórica, corrente de pensamento que concebe o ser humano como produto socio-histórico e cultural e salienta o seu poder de ação social na transformação e na construção da realidade (Jacques, Strey, Bernardes, Guareschi, Carlos, & Fonseca, 2011).

Essa nova corrente teórica emerge a partir da crise da Psicologia social, nos anos 70 e 80, desencadeada pela insatisfação dos psicólogos sociais com a hegemônica psicologia social norte-americana: positivista, individualista e dotada de metodologias e técnicas comumente aplicadas de forma acrítica e

descontextualizadas das particularidades históricas, sociais e subjetivas da maioria da população (Bernardes, 2011).

Vale ressaltar que as singularidades históricas da composição do povo brasileiro possuem muito em comum com os povos dos outros países latino-americanos, que enfrentaram processos similares de colonização e de modernização tardia. Nesse sentido, urgem o intercâmbio e o alinhamento dos conhecimentos e práticas produzidos na área da Psicologia nos diversos países da América Latina, fortalecendo o ideal de unidade latino-americana na construção de um saber que tenha os traços, as cores e que dê conta da subjetividade dos indivíduos que vivenciaram processos políticos e históricos de opressão, desigualdades, aculturação e violação de direitos humanos.

Atualmente, a tendência de integração e de fortalecimento da unidade latino-americana se configura, sobretudo, em uma premissa política emancipatória, que busca o empoderamento de um continente massacrado pelas potências imperialistas e pelo colonialismo ibérico-católico, responsáveis por enriquecer ainda mais os países ricos à custa dos recursos produzidos e retirados das colônias da América Latina, como bem expressa Galeano:

É a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. (2011, p. 18)

Contudo, de acordo com Silva (2000), a solidificação do ideal de *latinoamericanidade* esbarra em dificuldades que devem ser cuidadosamente analisadas, a exemplo da multiplicidade cultural encontrada no próprio

continente, a divisão das fronteiras dos Estados nacionais e os interesses geopolíticos e econômicos, que sinalizam a existência de forte alteridade entre os países.

Apesar de tais diferenças, é válido o esforço ideológico de solidificar as similaridades, tanto na perspectiva de fortalecimento político e econômico do continente quanto no fortalecimento identitário da Psicologia, já que as práticas psicológicas são múltiplas e atuantes em diversos espaços, por onde perpassam sujeitos constituídos em meio a condições semelhantes de exploração do trabalho, hibridismo cultural, dizimação da cultura indígena e precário acesso aos direitos fundamentais.

Ademais, esse esforço reitera o questionamento constante a respeito das contribuições da Psicologia ao atendimento das demandas concretas da população, na promoção de melhorias das condições de vida dos sujeitos e em seu posicionamento político crítico e ativo, alinhado ao compromisso com a transformação social.

Considerando que, historicamente, o saber psicológico atendeu os interesses das elites minoritárias a serviço da higienização, controle, discriminação e categorização dos indivíduos das camadas de baixo poder aquisitivo (Bock, 2004), vivenciar tal choque de realidade torna-se fundamental para o seu amadurecimento e retratação como ciência e profissão construída em solo brasileiro e, sobretudo, latino-americano.

A psicologia tradicional brasileira e a psicologia latino-americana

De acordo com Bock, a história da Psicologia tradicional no Brasil é uma história de pouca ou nenhuma contribuição para a melhoria das condições de vida da maioria

da população. Ao contrário, no período colonial e pós-colonial, o saber psicológico foi utilizado como instrumento político-ideológico ligado aos interesses das elites brasileiras, e desenvolveu-se a partir de ideias de saneamento e de higienização física e moral da sociedade: “livre da desordem e dos desvios” (Bock, 2004, p.1).

No período colonial, as ideias psicológicas, apropriadas pelos membros da Igreja e pelos intelectuais orgânicos do sistema português, visavam a aumentar o controle político sobre as mulheres, as crianças e os indígenas. Já no Brasil Império, a Psicologia emerge junto à educação, com seu formato autoritário e disciplinador, e junto à Medicina higienista e segregacionista nos hospícios e asilos de alienados (Bock, 2004).

Segundo Bernardes (2004, como citado em Silva Baptista, 2010), a industrialização na década de 30 e a urbanização na década de 50 abriram espaços para as práticas psicológicas, principalmente no âmbito da organização do trabalho e da atuação nas escolas e nas clínicas infantis. O saber psicológico, fundamentado a partir dos ideais positivistas e tecnicistas, forneceu apoio ideológico e técnico às concepções de diferenciação das pessoas, atendendo as demandas criadas em meio ao nacionalismo vigente.

O contexto social do Brasil favorecia o surgimento da Psicologia como profissão (Bernardes, 2004, como citado em Silva Baptista, 2010). A instrumentalização da Psicologia, através do fomento dos testes psicológicos, garantiu o lugar social que permitiu a institucionalização da profissão de psicólogo no Brasil, no ano 1962 (Bock, 2004). No entanto, somente em 1975, a partir da aprovação do Código de Ética e da instalação dos Conselhos de categoria, o processo de profissionalização da Psicologia no Brasil se concretizou (Pereira & Pereira Neto, 2003, como citado em Silva, 2010).

Nesse contexto de regulamentação profissional e de ampliação dos cursos de formação, a Psicologia desenvolve-se a partir da concepção de indivíduo fomentada pelo sistema capitalista. O conceito de fenômeno psicológico é estruturado a partir da noção de natureza humana, pressuposto que iguala os homens e transmite a falsa ideia de liberdade e do esforço individual no desenvolvimento de aptidões, de forma a ignorar os efeitos das desigualdades da sociedade de classes (Bock, 2004, como citado em Silva & Hai, 2011).

Segundo Lane, a concepção individualista do homem é uma ideologia que, ao se cristalizar nas instituições, atende os interesses capitalistas na reprodução de relações sociais necessárias à manutenção dos processos de produção da vida material da sociedade.

De acordo com Silva e Hai (2011), Vigotsky foi o pioneiro a tecer críticas às concepções biológicas e naturalistas do homem, e propôs um novo modelo à Psicologia, sustentado a partir da perspectiva histórica e cultural de análise dos processos psíquicos. Essa nova abordagem teórica valorizava a relação dialética entre homem e natureza e concebia o homem como produto e produtor de si mesmo e do seu meio. A psicologia vigotskiana emerge durante a Revolução Soviética, e constituiu-se através do materialismo histórico-dialético de Marx, adotando do marxismo a concepção de sujeito concreto em oposição ao indivíduo empírico das correntes tradicionais.

As contribuições da teoria marxista são inúmeras para formulação das correntes teóricas baseadas na concepção histórica, econômica e social do homem. De acordo com Wolf (2011), o surgimento da obra *O Capital*, de Karl Marx, sinalizou aos estudiosos que o processo histórico, o contexto no qual os seres humanos se desenvolvem, e os interesses de classe moldam e constituem o sujeito, assim como o seu saber sobre a

natureza, a ciência, a sociedade e si próprio. Tal entendimento gerou questionamentos relacionados às concepções de natureza humana, de neutralidade científica e de atuação do homem no mundo.

O materialismo histórico-dialético fornece à Psicologia os pressupostos epistemológicos para reformulação do saber psicológico, sensível ao contexto político, social e econômico na constituição dos sujeitos, considerando a realidade social dos indivíduos e intervindo de forma mais eficiente, de forma a atender as necessidades concretas da população.

No contexto latino-americano, as críticas às concepções naturalistas do homem se fertilizaram no âmbito da Psicologia social, que oscilava entre o pragmatismo norte-americano e a concepção abstrata europeia (Lane, 2004). A importação colonialista e acrítica de tais técnicas e teorias resultou no período intitulado “crise da Psicologia social” ou “crise de referência” (Bernardes, 2011, p.30).

De acordo com Bernardes (2011), na América Latina, a crise se consolida a partir dos congressos da Sociedade Interamericana de Psicologia, ocorridos nos anos 1976 e 1979. Esses espaços foram palco de questionamentos a respeito da dependência teórico-metodológica da psicologia social estadunidense, que, com o seu caráter universalista, possuía temáticas descontextualizadas e explicações individualizantes dos fenômenos sociais abordados, além da simplificação e da superficialidade das análises das problemáticas abarcadas e do posicionamento político de não contestação da realidade.

Nos anos 80, tais fatores contribuíram para o rompimento de um grupo de psicólogos sociais latino-americanos com esse modelo individualista de conceber a relação

entre indivíduo e sociedade. No âmbito institucional, esse rompimento ocorre em forma de rechaço à Associação Latino-Americana de Psicologia Social (ALAPSO) e com o surgimento de associações balizadas pela premissa socio-histórica da Psicologia, a exemplo da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) e da Associação Venezuelana de Psicologia Social (AVEPSO) (Bernardes, 2011).

No dia 23 de novembro de 2002, várias entidades de Psicologia de nove países da América Latina reuniram-se no México e fundaram a União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI), que, de acordo com o seu estatuto, funciona como “uma rede de articulação científica, profissional e acadêmica, sem fins lucrativos, não mercantilista e com compromisso com a problemática social latino-americana, integrada por entidades de Psicologia da América Latina”. Além do exposto, a ULAPSI promove o intercâmbio científico de pesquisadores e profissionais das entidades filiadas, direcionando a formação em Psicologia ao caminho ético e comprometido com a melhoria das condições de vida dos povos latino-americanos. Atualmente, são filiadas à ULAPSI entidades dos países: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Costa Rica, Cuba, Guatemala, México, Paraguai, Peru e Uruguai (União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI), 2002).

As psicólogas e os psicólogos filiados à ULAPSI, membros das nações da América Latina, responsabilizam a Psicologia, como ciência e profissão, pelo fortalecimento das lutas sociais, populares e democráticas e pelo combate à precarização das condições de vida de tais países, compreendendo que o saber psicológico descolonizado tem muito a contribuir com as necessidades urgentes das sociedades latino-americanas. A data da morte de Ernesto Che Guevara foi apropriada pela ULAPSI como símbolo

da identidade e da unidade dos psicólogos da América Latina. No dia 08 de outubro, comemora-se o esforço dos profissionais na luta pela transformação da realidade latino-americana, sobretudo no que diz respeito a sua autonomia e liberdade (ULAPSI, 2002).

Nesse contexto político de problematização do saber psicológico, a psicologia latino-americana coexiste com a psicologia conservadora e individualista, e debruça-se sobre as estruturas sociais, a fim de compreender o caráter histórico das pessoas e das coletividades assim como o sofrimento psíquico dos sujeitos, a formação da identidade, da subjetividade e da memória histórica. Ademais, analisa a dinâmica das instituições e a relação do indivíduo com o trabalho e com as diversas esferas sociais, priorizando os processos culturais na construção da realidade.

Os psicólogos e as psicólogas que baseiam a sua práxis a partir dessa linha teórica possuem um olhar mais amplo a respeito dos problemas sociais e são atores importantes na implementação de políticas públicas, caminhando na defesa, na promoção e na garantia dos direitos humanos e comprometendo-se com a pluralidade, com o fortalecimento da democracia e com a transformação social em prol do bem comum.

Latino-americanez: desafios e possibilidades

A emancipação política e econômica na América Latina representa ideal a ser alcançado através da unidade continental, como forma de resistência às investidas imperialistas. Do ponto de vista econômico, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) funciona como tentativa de concretizar a unificação dos países latinos, fortalecendo e aumentando a sua competitividade e inserção no mercado globalizado.

A livre circulação de serviços proposta pelo Mercosul possibilitou que os profissionais liberais, sobretudo os psicólogos, se organizassem a fim de integrar a Psicologia na América Latina. Tal integração ocorreu através do debate sobre os princípios éticos, legais, econômicos e políticos envolvidos na circulação de serviços, assim como na definição de diretrizes a respeito da formação e do exercício profissional, comuns à realidade dos países membros (Schneider, 1998).

As realidades das sociedades latino-americanas foram marcadas por processos históricos similares de exploração, crescimento desordenado e regimes totalitários. O preço de tais processos de exploração e de produção de riquezas, para os países imperialistas, foi a violência, a aculturação, a exclusão social, a inclusão perversa, a má distribuição de renda, o violação dos direitos fundamentais, a discriminação racial e de gênero e o empobrecimento da maioria da população. Segundo D'Ávila (2009), a colonização ibérica e o seu processo de conquista e de evangelização na América foi responsável pela dizimação de aproximadamente 70 milhões de autóctones. De acordo com a autora, atualmente, a América Latina vive a dizimação da sua cultura e identidade local, já que sofre com a imposição dos projetos de desenvolvimento dos países do norte, seja com relação a ideologias, técnicas, ideias e teorias, em nome de uma superioridade “[...] aos que são colonizados/conquistados/ ‘ajudados a se desenvolver’ ” (D'ávila, 2009, p.91).

Os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2011, a respeito do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos países da América Latina, reforçaram e atualizaram a premissa de que os países latino-americanos estão abaixo dos países da Europa e da América

do Norte no que se refere à distribuição de renda, à educação e à expectativa de vida. O bloco dos países latino-americanos esteve localizado entre as posições 44º e 158º do ranking, com IDH variável de 0.805 no Chile a 0.454 no Haiti, apontando inclusive, a desigualdade dentro do próprio continente (PNUD, 2011).

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em 2010, divulgou os índices da evolução da pobreza em 18 países da América Latina entre os anos 1980 – 2009. De acordo com os dados, 33,1% da população da América Latina encontra-se em situação de pobreza, incluindo 13,3% de pessoas em situação de pobreza extrema ou indigência, o que significa 183 milhões de pessoas pobres e 74 milhões de indigentes no continente latino-americano (CEPAL, 2010). O Brasil é um dos países latino-americanos que tem conseguido reduzir as suas taxas de pobreza progressivamente (CEPAL, 2010), no entanto, a sua extensa dimensão territorial e os elevados índices populacionais permitem ilustrar os contrastes sociais encontrados na América Latina. De acordo com D'Ávila:

Cerca de 80% do seu território está dividido entre 7% da população; de cada mil brasileiros nascidos, 90 morrem antes do cinco anos, cerca de 120 nunca irão a uma escola, e somente 150 concluirão o 1º grau (...). Sessenta milhões de brasileiros não têm endereço certo, vivem em migrações sucessivas, ou pelas ruas, e entre estes, vinte milhões vivem na mais completa precariedade. (2009, p.90)

Tendo em vista a realidade política e socioeconômica do continente latino-americano, justifica-se o movimento da Psicologia em repensar a sua atuação diante dessa população. De acordo com Wolf, a desigualdade gerada pela exploração capitalista no continente latino-americano condicionou a forma de existir dos sujeitos e a história das instituições.

De acordo com Silva (2000), a solidificação do ideal de *latinoamericanidade* esbarra em dificuldades que devem ser cuidadosamente analisadas, a saber: a forte alteridade entre os países, expressa a partir da multiplicidade cultural encontrada no próprio continente, a divisão das fronteiras dos Estados nacionais e os interesses geopolíticos e econômicos.

No entanto, a América Latina é composta por diversos países marcados pela multiplicidade cultural e linguística: os peruanos são distintos dos colombianos, que não se parecem com os argentinos, que não se identificam com os brasileiros. Pensar em unidade em um continente tão plural soa quase utópico, tornando necessária uma análise dos reais obstáculos que surgem diante da concretização da unidade latino-americana. De acordo com Silva (2000), a solidificação do ideal de *latinoamericanidade* esbarra em dificuldades que devem ser cuidadosamente analisadas, a saber: a forte alteridade entre os países, expressa a partir da multiplicidade cultural encontrada no próprio continente, a divisão das fronteiras dos Estados nacionais e os interesses geopolíticos e econômicos. Ademais, o investimento das potências imperialistas no acirramento das diferenças identitárias e o movimento separatista das elites políticas de tais países também colaboraram para o aprofundamento dessas disparidades, acarretando o enfraquecimento político do continente e a rivalidade entre as nações.

No caso do Brasil, essas diferenças se intensificam, já que se trata do único país da América Latina colonizado por Portugal e que possui o português como língua oficial, o que favorece o seu isolamento perante o resto do continente. Ademais, em um mesmo país, coexistem múltiplas identidades e culturas, distintas *brasilidades* e profundas contradições, resultantes da sua extensão geográfica, da variação linguística, dos processos migratórios nas distintas regiões do País e da composição étnica do seu povo (Silva, 2000).

Porém, como bem aponta Schneider, a verdadeira integração latino-americana não deve ocorrer com a premissa da homogeneização do continente. Pelo contrário, a unidade só ocorrerá com o respeito às diferenças, com a cooperação

entre as nações e com a manutenção das identidades regionais, na tentativa de construir um projeto comum, porém não universalizante, de uma psicologia verdadeiramente latino-americana que atenda as necessidades dos seus países.

A premissa socio-histórica da Psicologia oferece, ainda, uma gama de possibilidades de inserção ao psicólogo, seja na base das políticas públicas, na atenção à saúde coletiva, na educação básica, na comunidade e nos dispositivos de atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade social, seja no acompanhamento dos usuários de substâncias psicoativas e nas organizações jurídicas, no cuidado à população frente a emergências e desastres e na universidade, bem como no acolhimento de crianças, adolescentes e mulheres vítimas de violência, além de colaborar no controle social da mídia e das instituições sociais.

A Psicologia latino-americana, tal como é fundamentada, com suas premissas e posicionamentos epistemológicos pautados na historicidade, é atenta às peculiaridades dos indivíduos nos níveis micro e macro do seu modo de vida, abrindo precedentes para uma atuação profissional contextualizada com as realidades do povo latino-americano, brasileiro e, considerando a realidade daquela que vos fala, comprometida politicamente com as melhorias das condições de vida do povo nordestino, baiano e soteropolitano.

Considerações finais

Tendo em vista a tradição das correntes psicológicas de normatizar, categorizar e adequar o sujeito a um projeto de sociedade pautado em valores mercadológicos e segregacionistas, psicólogos debatem a reformulação dessa psicologia individualista e pouco comprometida com a problematização e a transformação da realidade.

Após 50 anos de regulamentação da profissão do psicólogo, não são mais admissíveis práticas de higienização, individualização dos problemas sociais e patologização dos indivíduos. Deve-se estar atento à complexidade da construção subjetiva e identitária dos sujeitos, tomando por base os processos históricos, econômicos, políticos e sociais, e é nesse sentido que é importante fortalecer, construir e alinhar os conhecimentos e as práticas produzidos na área da Psicologia nos diferentes países da América Latina.

A premissa socio-histórica orientadora do olhar do psicólogo em sua prática profissional deve ser estendida à Psicologia em todos os lugares do mundo, tendo em vista que cada local vivencia um processo histórico, cultural e social peculiar, assim como cada indivíduo nasce carregado de símbolos culturais responsáveis pela constituição da sua subjetividade.

A formação em Psicologia precisa priorizar tais temáticas e aproximar-se da realidade concreta dos problemas sociais, ampliando as possibilidades de pesquisa e de atuação

na área. A psicologia latino-americana apresenta-se como alternativa à Psicologia no que diz respeito a sua responsabilidade social como conhecimento e profissão, indo de encontro à cultura vigente de produtivismo e academicismo que não se preocupa com a transformação da realidade.

A Psicologia precisa compreender a fome, a violação de direitos humanos e a violência com outro ponto de vista, abandonando velhas concepções moralistas e naturalistas a respeito das drogas, da loucura, do preconceito e dos papéis de gênero. As psicólogas e os psicólogos que trabalham com a premissa latino-americana da Psicologia podem e precisam estar em diversos espaços de atuação, a fim de contribuir com o empoderamento e a transformação da sociedade e da realidade dos sujeitos.

A Psicologia precisa ser politicamente assertiva e artisticamente sensível aos problemas alheios, humanizando-se ainda mais, pois não se faz Psicologia apenas com técnica e teoria, faz-se Psicologia, sobretudo, por empatia, com uma dose de invenção, de ativismo, de criatividade e de respeito ao ser humano.

Camilla Veras Pessoa da Silva

Discente do curso de Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia,
Salvador – BA – Brasil.
Email: camillavpessoa@gmail.com

Endereço para envio de correspondência:

Rua Edgard Reys Navarro, nº 340, Bl. 6, ap. 102. CEP: 40255-280. Salvador, BA.

Referências

- Bernardes, J. de S. (2011). História. In M.G.C Jacques, M. N. Strey, N. M. G. Bernardes, P. A. Guareschi, S. A. Carlos & T. M. G. Fonseca. *Psicologia social contemporânea* (5a ed., pp. 19-35). Rio de Janeiro: Vozes.
- Bock, A.M.B. (2004). A perspectiva histórica da subjetividade: uma exigência para a psicologia atual. *Psicología para a América Latina*, 1(2). Recuperado em 16 set., 2012, de: <http://www.psicolatina.org>
- Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (CEPAL). (2010). *Panorama social da América Latina*. Brasil. Recuperado em 24 out., 2012, de: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/6/41806/PSP-panoramasicial2010.pdf>
- D'ávila, M. I. (2009). Identidade da psicologia latino-americana. In R. H. de F. Campos & P. A. Guareschi (Orgs.). *Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana* (4a ed., pp. 88-100). Rio de Janeiro: Vozes.
- Galeano, E. H. (2011). *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM.
- Jacques, M. G. C., Strey, M. N., Bernardes, N. M. G., Guareschi, P. A., Carlos, S. A., & Fonseca, T. M. G. (2011). *Psicologia social contemporânea*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Lane, S. (2004). A psicologia social e uma nova concepção de homem para a psicologia. In S. Lane & W. Codo (Orgs.). *Psicología social: o homem em movimento* (3a ed., pp. 10-19). São Paulo: Brasiliense.
- Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (PNUD). (2011). *Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano*.
- Brasil. Recuperado em 24 out., 2012, de: http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_PT_Complete.pdf
- Schneider, D. R. (1998). A formação em psicologia no Mercosul: perspectivas da integração latino-americana. *Temas em Psicología*, 6(1), 69-74. Recuperado em 16 out., 2012, de PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia): http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_issues&cid=1413-389X19980001&lng=pt&nrm=i
- Silva, M. V. de O. (2000) Latinoamericanidade: una perspectiva epistemológica para la psicología. In *I Congreso Latinoamericano de Alternativas en Psicología*. Guanajuato, México.
- Silva Baptista, M. T. D. da. (2010). A regulamentação da profissão psicológica: documentos que explicitam o processo histórico. *Psicología: Ciencia e Profissão*, 30 (Spe), 170-191. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/51414-98932010000500008>
- Silva, J.C., & Hai, A. A. A psicologia histórico-cultural e o marxismo: em defesa do desenvolvimento humano integral. In *X Congresso Nacional de Psicología Escolar e Educacional*. Maringá, PR. Recuperado em 25 set., 2012, de: [www.abrappee.psc.br/xconpe/trabalhos/1/31.pdf](http://psc.br/xconpe/trabalhos/1/31.pdf)
- União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI). (2002). *Estatuto*. Recuperado em 09 out., 2012, de: <http://www.ulapsi.org.br>
- Wolf, E. Á. (2011). Uma psicologia para a América Latina. In R. S. L. Guzzo & F. L. Junior (Orgs.). *Psicología social para América Latina* (2a ed., pp.101-120). Campinas, SP: Alínea.